



Relatório de Gestão 2015

Exmo. Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da MDS RE, S.A., adiante Sociedade, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, remete à apreciação de V.^{as} Ex. ^{as} o relatório e contas do exercício de 2015.

A MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("Empresa" ou "MDS RE") anteriormente denominada MDS Africa, SGPS, S.A. tem sede na Avenida da Boavista, 1277/81 – 3º, Porto e foi constituída em 15 de Outubro de 2012, com o objeto social de gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

Em Agosto de 2014 a Empresa procedeu à alteração do seu objeto social, passando a sua atividade para a mediação de resseguros, sendo igualmente nesta altura que altera a sua denominação MDS África S.G.P.S., S.A. para MDS RE Mediador de Resseguros, S.A..

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

ENQUADRAMENTO E ATIVIDADE DA MDS RE

A MDS RE centra a sua atividade na mediação de resseguros, operando em território português e africano.

Reconhecendo a crescente importância na dispersão do risco na gestão das empresas, a MDS RE assume-se como um *broker* de Resseguro especializado no desenvolvimento e negociação de soluções de resseguro, facultativo ou tratado, com vista a garantir uma adequada mitigação dos riscos. A MDS RE conduz ainda uma parte da sua atividade para a consultadoria de seguros para Entidades Financeiras, em operações de *Project Finance*, M&A e outras estruturas semelhantes, desenvolvendo trabalhos de *due diligence* técnico.

Em 2015 70% do volume de negócios da MDS RE foi registado em Portugal, sendo que os restantes 30% se registaram em Angola.

Apesar de em 2015 se ter observado um decréscimo dos proveitos operacionais em 13% face a 2014 a empresa continua focada na prossecução do seu objetivo em tornar-se um *player* de referência não só em Portugal, como também em África.

RESULTADOS

A Sociedade terminou o exercício de 2015 com um resultado líquido negativo de 234 985,31 euros (duzentos e trinta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco euros e trinta e um cêntimos).

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe o Conselho de Administração que o Resultado líquido negativo apurado no exercício de 2015, no valor de 234 985,31 euros (duzentos e trinta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco euros e trinta e um cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Delibera adicionalmente o Conselho de Administração informar a Assembleia Geral, nos termos e para os efeitos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, de que, conforme resulta das contas do exercício, se encontra perdido mais de metade do capital social, devendo, em consequência, a Assembleia Geral, deliberar sobre a medida a tomar de entre, pelo menos, as previstas na lei, propondo o Conselho de Administração que a Assembleia Geral delibere proceder à cobertura dos prejuízos no montante de 234 985,31 euros (duzentos e trinta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco euros e trinta e um cêntimos), através de entradas em dinheiro naquele montante, para reforço da cobertura do capital.

Porto, 12 de Dezembro de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



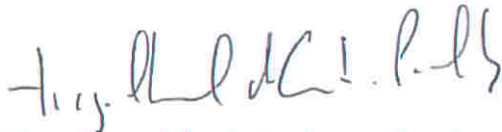
(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)



(João Manuel Pontes Alvalá)



(Ana Cristina Helder Bento Borges de Costa Rodrigues)



(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)



MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 - 3º - 4100-130 Porto

Capital Social 50.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação
510 351 808

Relatório e Contas
31 de dezembro de 2015

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

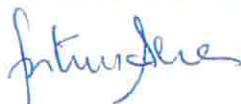
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Montantes expressos em Euros)

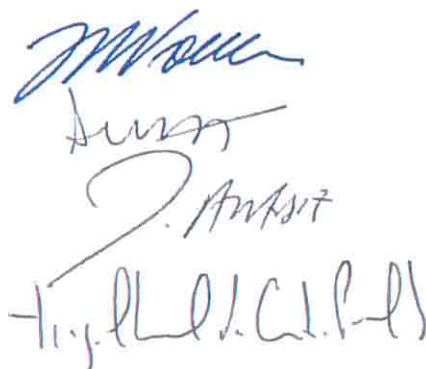
ATIVO	Notas	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	196,03	784,16
		<u>196,03</u>	<u>784,16</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	5 e 7	236.897,77	-
Estado e outros entes públicos		-	89,42
Acionistas	5 e 8	1.000,00	242.395,91
Outras contas a receber	5 e 9	158.355,31	158.334,50
Diferimentos	10	3.848,87	537,60
Caixa e equivalentes de caixa	4 e 5	25.014,39	20.919,12
Total de ativos correntes		<u>425.116,34</u>	<u>422.276,55</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>425.312,37</u>	<u>423.060,71</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	11	50.000,00	50.000,00
Resultados transitados		51.566,07	231.102,61
Resultado líquido do exercício		(234.985,31)	(179.536,54)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>(133.419,24)</u>	<u>101.566,07</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Acionistas	5, 11 e 23	195.000,00	260.000,00
		<u>195.000,00</u>	<u>260.000,00</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5 e 12	25.998,34	344,30
Estado e outros entes públicos	13	8.569,48	6.822,93
Outras contas a pagar	5 e 14	208.391,93	39.154,92
Acionistas	5, 8 e 23	120.771,86	15.172,49
Total de passivos correntes		<u>363.731,61</u>	<u>61.494,64</u>
Total de passivos		<u>558.731,61</u>	<u>321.494,64</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>425.312,37</u>	<u>423.060,71</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

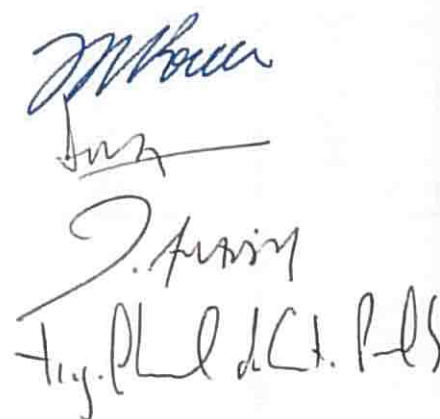
	Notas	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Vendas e prestação de serviços	16	63.889,59	-
Fornecimentos e serviços externos	15, 17 e 23	(85.520,62)	(76.825,79)
Gastos com o pessoal	18	(204.530,68)	(163.547,30)
Outros rendimentos e ganhos	19	1.170,31	74.901,27
Outros gastos e perdas	20	(1.108,78)	(1.156,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(226.100,18)	(166.628,75)
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	6	(588,13)	(588,13)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(226.688,31)	(167.216,88)
Juros e rendimentos similares obtidos		3.727,57	2.395,91
Juros e gastos similares suportados	21 e 23	(8.751,02)	(10.471,62)
Resultado antes de impostos		(231.711,76)	(175.292,59)
Imposto sobre o rendimento	22	(3.273,55)	(4.243,95)
Resultado líquido do exercício		(234.985,31)	(179.536,54)
Resultados por ação (básico e diluído)		(23,50)	(17,95)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

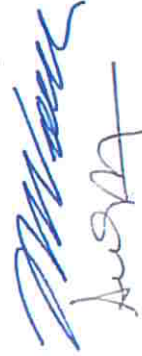
	Notas	Capital social	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014		50.000,00	(2.077,10)	(194.859,34)	(146.936,44)
Aplicação do resultado do exercício	11	-	(194.859,34)	194.859,34	-
Entrada para cobertura de prejuízos		-	428.039,05	-	428.039,05
Resultado líquido do exercício		-	-	(179.536,54)	(179.536,54)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		50.000,00	231.102,61	(179.536,54)	101.566,07
Saldo em 1 de janeiro de 2015		50.000,00	231.102,61	(179.536,54)	101.566,07
Aplicação do resultado do exercício	11	-	(179.536,54)	179.536,54	-
Resultado líquido do exercício		-	-	(234.985,31)	(234.985,31)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		50.000,00	51.566,07	(234.985,31)	(133.419,24)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

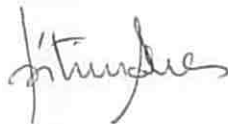
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		179,24	-
Pagamentos a fornecedores		(78.868,75)	(94.151,44)
Pagamentos ao pessoal		(195.052,94)	(149.667,72)
Fluxos gerados pelas operações		<u>(273.742,45)</u>	<u>(243.819,16)</u>
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(1.000,00)	-
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(4.564,79)	(5.115,39)
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>(279.307,24)</u>	<u>(248.934,55)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		6.123,48	-
		<u>6.123,48</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis		-	-
Empréstimos concedidos		240.000,00	(240.000,00)
		<u>240.000,00</u>	<u>(240.000,00)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>246.123,48</u>	<u>(240.000,00)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Cobertura de prejuízos		-	428.039,05
Financiamentos obtidos		110.000,00	75.000,00
		<u>110.000,00</u>	<u>503.039,05</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(65.000,00)	-
Juros e gastos similares		(7.720,97)	(5.556,49)
		<u>(72.720,97)</u>	<u>(5.556,49)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>37.279,03</u>	<u>497.482,56</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) =(1)+(2)+(3)		4.095,27	8.548,01
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	20.919,12	12.371,11
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	<u>25.014,39</u>	<u>20.919,12</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("Empresa" ou "MDS RE") anteriormente denominada MDS Africa, SGPS, S.A. tem sede na Avenida da Boavista, 1277/81 - 3º, Porto e foi constituída em 15 de Outubro de 2012, com o objeto social de gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas, sendo que em agosto de 2015 procedeu à alteração do objeto social da Empresa, passando a sua atividade para a mediação de resseguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido - Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

Durante o exercício de 2015, a Empresa alterou a sua denominação de MDS África S.G.P.S., S.A. para MDS RE Mediador de Resseguros, S.A..

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (se aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Tipo de bem</u>	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Instrumentos financeiros

A MDS RE classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 5.

a) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

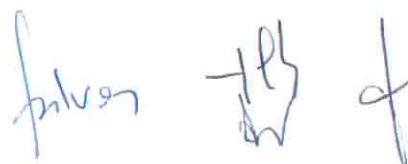
As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

f) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar a existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expetável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

3.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os proventos decorrentes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que respeltam.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos Acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes, são registados os ganhos e perdas imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeltam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa integrou durante o exercício fiscal de 2014 o RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela acionista MDS SGPS, sendo registados na rubrica "Acionistas" todas as contas a receber e a pagar relativas a Imposto sobre o rendimento.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.10 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.11 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Numerário	10.642,30	9.486,88
Depósitos bancários	14.372,09	11.432,24
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	25.014,39	20.919,12
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	25.014,39	20.919,12

5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As políticas contábilísticas apresentadas na Nota 3.5 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Ativos Financeiros

	31.dezembro.2015		31.dezembro.2014		
	Nota	Empréstimos e contas a receber	Total	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativos correntes					
Clientes	7	236.897,77	236.897,77	-	-
Acionistas	8	1.000,00	1.000,00	242.395,91	242.395,91
Outras contas a receber	9	158.355,31	158.355,31	158.334,50	158.334,50
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.014,39	25.014,39	20.919,12	20.919,12
		<u>421.267,47</u>	<u>421.267,47</u>	<u>421.649,53</u>	<u>421.649,53</u>
		<u>421.267,47</u>	<u>421.267,47</u>	<u>421.649,53</u>	<u>421.649,53</u>

Passivos Financeiros

	31.dezembro.2015		31.dezembro.2014		
	Nota	Empréstimos e contas a pagar	Total	Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivos não correntes					
Acionistas		195.000,00	195.000,00	260.000,00	260.000,00
		<u>195.000,00</u>	<u>195.000,00</u>	<u>260.000,00</u>	<u>260.000,00</u>
Passivos correntes					
Fornecedores	12	25.998,34	25.998,34	344,30	344,30
Outras contas a pagar	14	208.391,93	208.391,93	39.154,92	39.154,92
Acionistas	8	120.771,86	120.771,86	15.172,49	15.172,49
		<u>355.162,13</u>	<u>355.162,13</u>	<u>54.671,71</u>	<u>54.671,71</u>
		<u>550.162,13</u>	<u>550.162,13</u>	<u>314.671,71</u>	<u>314.671,71</u>

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe e movimento associado a ativos fixos tangíveis é como se segue:

Ativo bruto	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	1.764,38	1.764,38
Saldo inicial a 31 de dezembro de 2015	1.764,38	1.764,38
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	980,22	980,22
Aumentos	588,13	588,13
Saldo inicial a 31 de dezembro de 2015	1.568,35	1.568,35
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2015	196,03	196,03
Ativo bruto		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	1.764,38	1.764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2014	1.764,38	1.764,38
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	392,09	392,09
Aumentos	588,13	588,13
Saldo final a 31 de dezembro de 2014	980,22	980,22
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2014	784,16	784,16

7 CLIENTES

O saldo de clientes, de 236.897,77 Euros em 31 de dezembro de 2015, respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor. O risco de crédito sobre o presente saldo, encontra-se limitado ao montante de comissões de intermediação de operações de resseguro reconhecido, na medida em que os montantes a pagar às resseguradoras (nota 14) estão integralmente dependentes do efetivo recebimento dos clientes.

8 ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de Acionistas apresenta a seguinte composição:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Acionistas - Ativo Corrente		
Financiamentos concedidos	1.000,00	242.395,91
	<u>1.000,00</u>	<u>242.395,91</u>
	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Acionistas - Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	195.000,00	260.000,00
	<u>195.000,00</u>	<u>260.000,00</u>
	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Acionistas - Passivo corrente		
Financiamentos obtidos	110.000,00	-
Juros	-	7.674,18
Regime Especial de Tributação de Grupos	10.771,86	7.498,31
	<u>120.771,86</u>	<u>15.172,49</u>

O montante apresentado em passivo não corrente encontra-se associado a um empréstimo de médio longo prazo concedido pela MDS, SGPS, S.A., que vence juros à taxa de mercado.

9 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe das outras contas a receber é como se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	156.696,13	156.662,26
Outros devedores	1.659,18	1.672,24
	<u>158.355,31</u>	<u>158.334,50</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de "Devedores por acréscimos de rendimentos", cujo montante ascende 156.696,13 Euros, respeita na quase totalidade à especialização de gastos incorridos em 2015 e 2014 a redebitar a terceiros e que foram suportados no âmbito da expansão internacional do Grupo MDS.

10 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de "Diferimentos" nos ativos correntes, no montante de 3.848,87 e 537,60 Euros, respetivamente, corresponde a seguros de doença (Nota 3.8).

11 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 10.000 ações ordinárias com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

MDS, SGPS, SA	100%
---------------	------

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

12 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, respetivamente de 25.998,34 Euros e 334,30 Euros, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respeita exclusivamente a valores a pagar a fornecedores decorrentes da normal atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o detalhe dos saldos com o Estado e outros entes públicos, passivo corrente, é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Valores credores		
Retenção na fonte	3.958,00	3.307,00
Contribuições para a Segurança Social	3.917,88	3.424,56
Outros	693,60	1,95
	<u>8.569,48</u>	<u>6.733,51</u>

A Empresa integrou a partir de 2014 o RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominados pela MDS SGPS, estando os saldos relacionados com "Imposto sobre o rendimento" relevados na rubrica de Acionistas".

14 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o detalhe das outras contas a pagar é detalhado como se segue:

Outros credores	150.438,68	-
Credores por acréscimos de gastos		
Pessoal	46.285,26	38.575,72
Juros	8.744,09	-
Outros	2.923,90	579,20
	<u>208.391,93</u>	<u>39.154,92</u>

O valor registado na rubrica de "Outros credores" no montante de 150.438,68 Euros em 31 de dezembro de 2015 corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da normal atividade da Empresa, cuja pagamento só ocorrerá mediante recebimento do prémio de resseguro (Nota 7).

15 LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com a atividade operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
N+1	7.412,02	7.412,02
N+2	6.794,35	7.412,02
N+3	-	6.794,35
N+4	-	-
	<u>14.206,37</u>	<u>21.618,39</u>

O valor das rendas incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, associadas a estes contratos, ascendeu a 6.602,88 Euros e 6.602,87 Euros, respetivamente (Nota 17).

16 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor das Vendas e prestação de serviços ascendeu a 63.889,59 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrentes da normal atividade da Empresa (essencialmente comissões obtidas na atividade de resseguro).

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o detalhe de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Deslocações e estadas	46.180,11	52.035,40
Comunicações	4.884,08	10.643,62
Despesas de representação	1.914,84	2.961,75
Trabalhos especializados	17.289,91	361,81
Contencioso e notariado	566,16	1.049,40
Rendas e alugueres	6.602,88	6.602,87
Seguros	3.072,97	-
Outros	5.009,67	3.170,94
	<u>85.520,62</u>	<u>76.825,79</u>

18 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o detalhe de "Gastos com o pessoal" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Remunerações	167.968,07	136.172,45
Encargos sobre remunerações	34.089,51	24.397,69
Seguros	2.185,91	2.785,82
Gastos com ação social	287,19	191,34
	<u>204.530,68</u>	<u>163.547,30</u>

A variação de custos incorridos na rubrica "gastos com o pessoal" deve-se, essencialmente, à contratação de novos colaboradores.

19 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Redêbito de encargos	-	74.901,27
Outros	1.170,31	-
	<u>1.170,31</u>	<u>-</u>

20 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Outros gastos e perdas" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Outros gastos	1.108,78	1.156,93
	<u>1.108,78</u>	<u>1.156,93</u>

21 JUROS E GASTOS SUPORTADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Juros e gastos suportados" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Juros suportados (Nota 23)	(8.751,02)	(10.471,62)
	<u>(8.751,02)</u>	<u>(10.471,62)</u>

22 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 é detalhado conforme se segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Imposto corrente	3.273,55	4.243,95
	<u>3.273,55</u>	<u>4.243,95</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 e 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

fls m + ps f

A reconciliação detalhada de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2015 e de 2014 pode ser detalhada como segue:

	<u>31.dezembro.2015</u>	<u>31.dezembro.2014</u>
Resultado antes de impostos	(231.711,76)	(175.292,59)
Benefícios fiscais	7.070,00	-
Encargos não dedutíveis	-	547,83
Prejuízo fiscal	<u>(238.781,76)</u>	<u>(174.744,76)</u>
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	<u>238.781,76</u>	<u>174.744,76</u>
Taxa de imposto sobre o rendimento	<u>21,00%</u>	<u>23,00%</u>
Tributação autónoma	<u>3.005,48</u>	<u>3.474,92</u>
	<u>3.005,48</u>	<u>3.474,92</u>
Gastos com imposto corrente	3.005,48	3.474,92
Correção relativa a exercício anteriores	268,07	769,03
Total do impostos sobre o rendimento do exercício	<u>3.273,55</u>	<u>4.243,95</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis é detalhado como se segue:

<u>Ano geração</u>	<u>Valor</u>	<u>Ano Limite de utilização</u>
Gerados antes da entrada no RETGS		
2012	2 077,10	2017
Gerados após a entrada no RETGS		
2013	193 184,56	2018
2014	178 054,72	2026
2015	240 528,93	2027

A Empresa por prudência não registou ativos por impostos diferidos associados a estes prejuízos fiscais reportáveis.

23 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 podem ser detalhados como segue:

Transações	Juros suportados		Compras e serviços recebidos	
	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Empresa mãe	8.744,09	10.471,62	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	27.573,48	25.320,25
	<u>8.744,09</u>	<u>10.471,62</u>	<u>27.573,48</u>	<u>25.320,25</u>

	Juros Obtidos		Rendimentos Operacionais	
	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Empresa mãe	3.727,57	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	16,67	-
	<u>3.727,57</u>	<u>-</u>	<u>16,67</u>	<u>-</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Empresa mãe	1.000,00	242.395,91	19.515,95	15.172,49
Outras partes relacionadas	-	56,20	152,52	197,20
	<u>1.000,00</u>	<u>242.452,11</u>	<u>19.668,47</u>	<u>15.369,69</u>

	Empréstimos obtidos	
	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Empresa mãe	305.000,00	260.000,00
Outras partes relacionadas	-	-
	<u>305.000,00</u>	<u>260.000,00</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte composição:

	31.dezembro.2015	31.dezembro.2014
Remuneração fixa	<u>95.321,77</u>	<u>99.872,34</u>
	<u>95.321,77</u>	<u>99.872,34</u>

Em 2015 e 2014, não foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

24 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os contratos de operações financeiras celebrados com acionistas foram detalhados como se segue:

Posição credora	01.janeiro.2015	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2015
MDS SGPS	260.000,00	110.000,00	(65.000,00)	305.000,00
	<u>260.000,00</u>	<u>110.000,00</u>	<u>(65.000,00)</u>	<u>305.000,00</u>

Posição devedora	01.janeiro.2015	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2015
MDS SGPS	240.000,00	-	(240.000,00)	-
	<u>240.000,00</u>	<u>-</u>	<u>(240.000,00)</u>	<u>-</u>

25 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2015 e até esta data que necessitem ser divulgados.

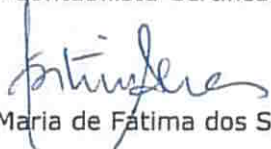
Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2015, os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2015.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de Dezembro de 2016. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

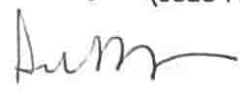
O Contabilista Certificado,


(Maria de Fátima dos Santos Alves)

O Conselho de Administração,


(José Manuel Dias da Fonseca)


(João Manuel Pontes Alvaia)


(Ana Cristina Helder Bento Borges de Costa Rodrigues)


(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

Cumprimento de Disposições Legais

Norma regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Política contabilística para reconhecimento da remuneração

Informação Incluída na Nota 3.8 – Rédito e Especialização dos exercícios

Total das remunerações faturadas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	31 de dezembro de 2015	
	Remunerações (€)	
Numerário		60.889,59
TOTAL		60.889,59

Por tipo	31 de dezembro de 2015	
	Remunerações (€)	
Comissões		179,24
Outras Remunerações		0,00
TOTAL		60.889,59

Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	31 de dezembro de 2015	
	Remunerações (€)	
Numerário		179,24
TOTAL		179,24

Por tipo	31 de dezembro de 2015	
	Remunerações (€)	
Comissões		179,24
Outras Remunerações		0,00
TOTAL		179,24

Total das remunerações relacionadas com Contratos de Resseguro

Cod.ASF	Remunerações				
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	0,00	0%	60.889,59	100%
	0,00	0,00	0%	60.889,59	100%

Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações	
Munich RE	20.179,73 €	33,1%
Swiss RE	14.019,47 €	23,0%
Bic Seguros	11.562,78 €	19,0%
AIG Europe Limited	7.399,41 €	12,2%
SCOR Global P&C SE	4.689,42 €	7,7%
Mapfre RE	3.038,77 €	5,0%
TOTAL	60.889,58 €	100,0%

Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2015	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	236.897,77	22.198,24
Empresas de Resseguros		150.299,18
TOTAL	236.897,77	172.497,42

Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

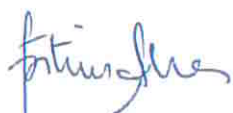
Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2015	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	-,00	-,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	236.897,77	172.497,42
TOTAL	236.897,77	172.497,42

Transações Financeiras Resseguradores/Cedentes

Durante o exercício de 2015, a Empresa não registou recebimentos de fundos com vista a serem transferidos para as empresas de resseguros para pagamento de prémios relativamente aos quais lhe foram outorgados poderes de cobrança (nº 3, alínea a) do Artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões _ASF.

Não foram confiados pelas empresas de resseguradores, durante o ano 2015, fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas (nº 3, alínea b) do Artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões _ASF.

O Contabilista Certificado,

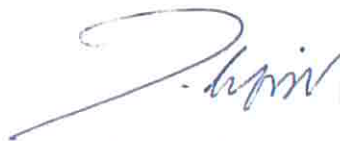


(Maria de Fátima dos Santos Alves)

O Conselho de Administração,



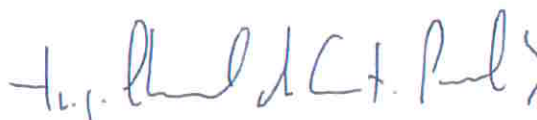
(José Manuel Dias da Fonseca)



(João Manuel Pontes Alvalá)



(Ana Cristina Borges de Costa Rodrigues)



(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 acompanhadas da Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras anexas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A ("Empresa"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 425.312,37 Euros e um capital próprio negativo de 133.419,24 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 234.985,31 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Continuidade

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, a Empresa prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, informamos que conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas a Empresa apresentou no exercício de 2015 e de 2014, resultados líquidos negativos significativos, situação que provoca que, em 31 de dezembro de 2015, apresente capitais próprios negativos o que determina a aplicação do disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração da Empresa irá propor aos acionistas o reforço dos seus capitais próprios para os níveis adequados constatando-se igualmente que estes são os principais credores da Empresa. Assim, a continuidade das operações da Empresa, pressuposto segundo o qual as demonstrações financeiras foram preparadas, bem com a realização dos seus ativos e liquidação dos seus passivos nos prazos e pelas quantias evidenciadas no Balanço a 31 de dezembro de 2015, estão dependentes da manutenção do apoio dos acionistas da Empresa, do sucesso das negociações atualmente em curso, bem como da concretização do plano de negócios da Empresa.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- a elaboração do relatório de gestão e, se aplicável, do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a posição financeira ou os resultados da Empresa; e
- a avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Incluem-se nas nossas responsabilidades:

- a verificação numa base de amostragem, do suporte de quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e a sua divulgação apropriada tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

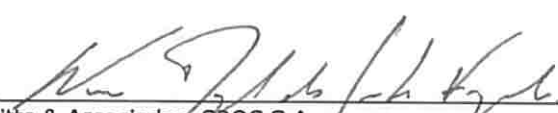
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 12 de dezembro de 2016


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("Empresa" anteriormente denominada MDS Africa, S.G.P.S., S.A.) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2015, as Demonstrações dos resultados por naturezas, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e das propostas nele incluídas. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual inclui na secção "Continuidade" uma menção.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do assunto mencionado na secção "Continuidade" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como das propostas nele expressas, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 12 de dezembro de 2016


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo